

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAÇUAÍ – JQ2

ATA DE REUNIÃO

15ª Reunião ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí – CBH JQ2

1 Iniciou-se as 9:00h, no dia 22 de março de 2024, pela plataforma Teams, a 15ª
2 reunião ordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica JQ2. O auxiliar administrativo
3 do Comitê Maria Aparecida Ribeiro Alves fez a chamada e constatou que
4 tínhamos quórum para prosseguir com a reunião. Em seguida a presidente Cléa
5 Amorim fez a abertura, repassou a pauta e logo após foi feita a leitura da ATA
6 da 8ª reunião extraordinária que aconteceu em 06 de dezembro do ano 2023,
7 em caráter on-line. Após a leitura, sem contestações a ata foi aprovada. Dando
8 seguimento a secretaria Laila Tupinambá, fez apresentação da planilha de
9 monitoramento dos conselheiros, onde foi reforçado o artigo 14 do Regimento
10 Interno do JQ2, onde reza que a instituição membro titular e sua respectiva
11 suplente que não comparecerem a 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis)
12 alternadas, receberão comunicado da instauração de processo de desligamento,
13 emitido pela diretoria do Comitê. Também foi feito a leitura do Art. 10. Onde
14 deixa claro o que é de competência dos Conselheiros do Comitê: Próximo
15 assunto foi sobre a DN (Deliberação Normativa) nº 27/2024 que aprova o
16 relatório de atividades de 2023 e o plano de trabalho de 2024. Foi lido os 15
17 pontos de ações de propostas que fizemos para este ano de 2024 a saber: 04
18 reuniões ordinárias; monitoramento e Conservação, Recuperação e Gestão de
19 Conflitos; atualização do Portal dos Comitês; participação nas capacitações, nas
20 reuniões da CTPLAN, nas reuniões do Fórum Mineiro dos Comitês; buscar
21 parcerias e relações interinstitucionais para ações de gestão de recursos
22 hídricos no território JQ2; o acompanhamento a implementação dos
23 instrumentos de gestão de bacia; o fortalecimento da identidade do Comitê;
24 reuniões da Diretoria e Grupos de Trabalho; continuidade ao do Plano de
25 Comunicação; continuidade ao Plano de Capacitação; concluir o edital do
26 concurso da Logomarca do CBH do Rio Araçuaí. Clea Amorim reforça que não
27 dá para ficar somente em 04 reuniões uma vez que teremos muitas atividades a

28 fazer. E que se todos assumirem uma atividade, venceremos nossas tarefas sem
29 sobrecarregar ninguém. Maria Aparecida fala da importância de retomarmos o
30 envolvimento dos estagiários para assessoria ao plano de comunicação bem
31 como a logomarca que ficou parada no período da pandemia. Por fim, foi
32 colocado em votação a DN nº 27/2024 que foi aprovada na unanimidade. Em
33 andamento foi apresentado por Wagner Antunes servidor do IGAM a
34 Implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos. Fez uma
35 apresentação projetada sobre o uso da cobrança, dizendo além de ser um dos
36 instrumentos previsto na política Estadual dos Recursos Hídricos, sua principal
37 função é estimular o uso racional da água. A cobrança hoje a nível do Estado
38 acontece com aquele uso que altera a quantidade e qualidade da água
39 disponível, disse isso de forma genérica. Lembrou que existem usos de água
40 que não necessitam de cobranças como pequenos núcleos populacionais
41 distribuídos em meio rural. Também estarão dispensados da cobrança os
42 consumidores finais, residências e estabelecimentos públicos que serão
43 abastecidos pelas companhias de água, citou exemplo da COPASA, a cobrança
44 vai incidir na companhia que conseqüentemente repassa aos consumidores de
45 acordo com sua política funcional. Explanou também sobre a DN
46 nº21/22(Deliberação Normativa) do JQ2 que estabelece os critérios e normas e
47 define os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos na
48 área de atuação do CBH Araçuaí. Na metodologia, apresentou a equação do
49 tratamento de cobrança pelos seguimentos como; agropecuária (captação de
50 água sazonal dependendo do uso de chuva) equação do saneamento;
51 rebaixamento para mineração; lançamentos e demais atividades. Por fim a
52 metodologia de cálculo da cobrança, será composta pelo somatório das bases
53 de cálculo multiplicadas pelo respectivo preço e apresentou o calendário, o uso
54 da cobrança entrou no final de 2022, sendo vigente em 2023 para que no ano
55 seguinte tenhamos o valor da cobrança. Lembrou que o preço público unitário é
56 alterado de ano em ano de acordo com o índice de inflação. Após
57 esclarecimentos de dúvidas, Cléa coloca que necessitamos de ter mais
58 capacitações para o entendimento e compreensão de todos. É sabido que não
59 teremos como analisar todos as cobranças, mas é um exercício necessário.
60 Esclareceu ainda que o pequeno agricultor não tem outorga, ele é uso
61 insignificante. Para pagamento ele tem que ter um volume muito alto de captação.

62 O recurso financeiro da cobrança, será arrecado pela Agência de Bacia que será
63 repassado ao Comitê. No caso do JQ2, essa agência somente será apresentada
64 no próximo semestre. Próximo ponto foi falado sobre a readequação do plano
65 diretor do JQ2 que foi construído o último em 2009, está valendo até 2030. Este
66 assunto ficou para próxima reunião devido a incompatibilidade de agenda de um
67 representante do IGAM nesta data para nos auxiliar na discussão. Nos Informes,
68 Cléa Amorim apresentou a construção da proposta de um plano de trabalho que
69 dê mais visibilidade ao Comitê em seu território. Proposta esta que já foi
70 conversada com Maria de Lourdes Amaral Nascimento, para o uso do recurso
71 dos Procomitês. A proposta consiste em reestruturar os 07 subcomitês; da Bacia;
72 (Rio Preto, São João, Itamarandiba, Fanado, Capivari, Setúbal, e Ribeirão
73 Calhauzinho), rios pertencentes aos municípios Araçuaí, Minas Novas,
74 Turmalina e Itamarandiba. O CBH Araçuaí possui como principais cursos de
75 água configurados pelas respectivas sub-bacias: Rio Araçuaí; Rio Preto; Rio
76 Soledade; Rio São João; Rio Itamarandiba; Rio Fanado; Rio Capivari; Rio
77 Setúbal; Rio Gravatá; Ribeirão Calhauzinho, Rio Lufa, além de tributários de
78 menor expressão que desaguam no Rio Araçuaí. Para isso se faz necessário
79 visitas técnicas aos espaços de decisões coletivas como os CMDRS (Conselho
80 Municipal de Desenvolvimento Rural, Sustentavel) e os CODEMAS de cada
81 município bem como conversa com entidades e secretarias municipais das
82 Prefeitura para aplicação de um DRP (diagnostico rápido participativo) onde se
83 tornará em um documento sistematizado para construção do plano real de ação
84 dentro dos subcomitês. As ações de monitoramento a serão realizadas a cada
85 reunião da diretoria bem como nas plenárias do JQ2. Teremos 03 ações: visita
86 para apresentação e aplicação do DRP, reuniões presenciais nos conselhos
87 municipais, sistematização das atividades realizadas monitoramento em
88 reuniões do JQ2 e avaliação no final do ano. Pra finalização estamos
89 aguardando os cálculos e gastos com combustível , uma vez que a malha viária
90 da Bacia do Rio é muita extensa. Também repassou o Encontro em Capitólio,
91 que foi realizado pelo CBH do Rio das velhas, 1º encontro Estadual dos comites
92 de Bacia, onde foi debatido como um tema relevante O PL (Projeto de Lei) LEI
93 Nº 24 673, de 12 de janeiro de 2024 que dispõe sobre o Fundo de recuperação,
94 Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas

95 do Estado de Minas Gerais, o FHIDRO, em especial seu artigo 44 onde “ Fica
96 autorizada a criação do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas de
97 Minas Gerais – FMCBH – como ente representativo dos comitês constituídos no
98 Estado.Outro informe foi sobre o Seminário Estadual de Combate à
99 Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, que será realizado nos dias 08
100 e 09 de maio, na cidade de Montes Claros. O JQ2 juntamente com outras
101 Instituições está fazendo parte da construção desse evento e na próxima reunião
102 teremos mais detalhes. Por fim, o ultimo ponto dos informes foi sobre a DN
103 67/2020 que é (DELIBERAÇÃO NORMATIVA Conselho Estadual dos Recursos
104 Hídricos de MG Nº 67, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020) que delibera a criação do
105 programa de monitoramento e avaliação da governança dos Comitês de Bacia
106 Hidrográfica em Minas Gerais para fins de aperfeiçoamento da gestão participativa,
107 descentralizada e integrada. O monitoramento será realizado anualmente, e
108 subsidiará a avaliação, a ser realizada bianualmente. Após a fala do Leandro
109 ficou o reforço de que todas as ações do Comitê serão avaliadas em pontuação
110 o que manterá o comitê fortalecido. Nada mais havendo a tratar, a Presidente
111 encerrou a reunião. Eu, Maria Aparecida Ribeiro, auxiliar administrativa, lavrei
112 esta ata que após lida e se aprovada será assinada pela presidente e demais
113 conselheiros.